

CONHEÇA OS OUTROS NÚMEROS DA

REVISTA TERRA LIVRE

Terra Livre é uma revista semestral, organizada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Cada número é dedicado a um tema, tratado sob diferentes ângulos e perspectivas.

Veja quais são os temas dos números que você pode encontrar nas boas livrarias ou pedindo pelo reembolso postal à Editora Marco Zero, Rua Rodrigo Cláudio, 480, São Paulo - SP - CEP: 01532 - telefone (011)287-1935:

Terra Livre nº 2: O Ensino da Geografia em Questão (com artigos de José W. Vesentini, Carlos Walter Gonçalves, Nelson Rego, e outros)

Terra Livre nº 3: Geografia & Questão Ambiental (com artigos de A. Nacib Ab'Sáber, Horieste Gomes, Rolando Berríos e outros)

Terra Livre nº 4: Geografia & Lutas Sociais (com artigos de J. Borzacchiello da Silva, L. Renato Vallejo, Nelson Rego, Neiva Otero e outros)

Terra Livre nº 5: O Espaço em Questão (com artigos de Milton Santos, Marcelo L. de Souza, R. Haesbaert da Costa e outros)

Terra Livre nº 6: Território e Cidadania (com artigos de Ailton Krenak, Ruy Moreira, Regina Sader, Priscila Faulhaber e outros)

Terra Livre nº 7: Pesquisa e Prática Social (com artigos de Chico Mendes, Raimundo de Barros, Lylian Coltrinari e outros)

Você pode também fazer uma assinatura para receber os quatro números seguintes escrevendo diretamente para a Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Caixa Postal 64525 - São Paulo - SP - CEP 05497 - Telefone: (011) 210-2122 - r-537.

DEPOIMENTO

A AGB E A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA: AVANÇOS E RECUOS

Armen Mamigonian*

Pretendemos reabrir aqui o debate sobre o significado da produção geográfica brasileira, sobretudo na Associação dos Geógrafos Brasileiros, ao longo das últimas décadas.

I

A AGB nasceu na década de 30, no mesmo ano da criação da FFCL, que permitiu a implantação da USP (1934). A reeducação das massas populares, a partir da preparação de um corpo docente de qualidade nos colégios estaduais, foi um dos objetivos básicos das classes dirigentes do país, tanto do bloco de poder anterior (agroexportadores), como posterior à Revolução de 30 (latifundiários e industriais ligados ao mercado interno). A educação era vista como fonte básica da modernização, da superação do atraso que nos separava da Europa e dos Estados Unidos. Tanto Monteiro Lobato como os Mesquitas *{O Estado de S. Paulo}*, em São Paulo, Anísio Teixeira e outros no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal - 1935), tinham como denominador comum a idéia de reeducar o povo, e as Escolas Normais e os Colégios Estaduais deveriam

*Professor do Departamento de Geografia da FFLCH-USP

contar com professores de alto nível formados nas Faculdades de Filosofia.

No caso de São Paulo havia um componente político importante, ligado à conjuntura da época: os fazendeiros de café e os comerciantes exportadores e importadores, as principais classes dirigente; do estado haviam sido apeados do poder em 1930 e pretendiam voltar, usando uma ofensiva cultural-ideológica, que incluía a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tanto Getúlio Vargas quanto a oligarquia paulista exerciam um autoritarismo iluminista, que esteve presente em várias iniciativas da década de 30 (CNG - 1937, logo vinculado à UGI).

A AGB nasceu ligada ao curso de Geografia e História da FFCL. Apesar das raízes autoritárias da USP, o corpo docente recrutado na Europa para a FFCL era composto por intelectuais promissores, de extração liberal esquerdizante. P. Monbeig, que deu vida à AGB de 1935 a 1945, vinha do ambiente de radicalização política europeia do pós-crise de 1929, na França e na Espanha (direitização e esquerdização da intelectualidade), tendo recebido influências intelectuais principalmente de M. Bloch (posteriormente fuzilado pelos nazistas) e cultivando a amizade de J. Dresch, importante geógrafo ligado ao PCF. O clima de discussões democráticas que tais professores imprimiram à FFCL da USP atraíram várias vezes, após 1937, ameaças de fechamento da Faculdade.

II

A AGB reuniu inicialmente não só P. Monbeig e seus alunos de geografia e história, mas também grandes intelectuais como Caio Prado Jr. e Rubens Borba de Moraes. Desde o início se constituiu num lugar mais criativo do que o próprio curso de Geografia e História, por se usar a liberdade intelectual mais plenamente, pela prática constante das palestras, debates e diversidade de opiniões.

Quando a AGB foi se tornando nacional, a partir de 1945, reunindo sobretudo geógrafos de São Paulo e do Rio de Janeiro, já existia uma nítida distinção entre as práticas intelectuais das universidades e da AGB.

O Departamento de Geografia da USP, constituído oficialmente em 1945, possuía a mesma estrutura feudal da legislação trabalhista decretada poucos anos antes por Getúlio Vargas. Os catedráticos eram verdadeiros senhores feudais, que interferiam até na vida privada de seus vassallos (professores assistentes, etc.) e ninguém ingressava naquela corporação de ofício sem a decisão da hierarquia senhorial existente. Para que os senhores feudais não brigassem entre si, o regimento interno do

Departamento estabelecia o rodízio entre os três catedráticos no exercício da chefia periódica. Diga-se, aliás, que mais tarde, para evitar conflitos, o mesmo sistema foi implantado na AGB nacional, onde se fazia um rodízio entre presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e do restante do Brasil.

Não só em São Paulo, como no Rio de Janeiro e em Recife, a maioria do professorado e dos geógrafos provinha da classe dos senhores rurais e muitos dentre eles tinham formação política conservadora e mesmo reacionária (Aroldo de Azevedo, por exemplo). Assim, enquanto o recrutamento de professores nos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, etc. usava o critério da qualidade dos candidatos, mas também a pluralidade das opiniões políticas, incluindo matizes de esquerda (R. Fausto, F. C. Weffort, etc), na Geografia a qualidade nem sempre pesava mais que a obediência e a pluralidade era rejeitada.

Assim sendo, o ambiente no interior do Departamento de Geografia tornou-se um pouco viciado, estimulando-se até 1964 uma unanimidade baseada no paternalismo, que de aristocrático "evoluiu" para um paternalismo populista (P. Petrone, por exemplo), que acabava por castrar a liberdade e a criatividade intelectuais dos novatos. Note-se que por ocasião do encontro da UGI no Rio de Janeiro (1956), P. George, J. Tricart e outros não foram convidados a proferir palestras nas mais importantes instituições oficiais da geografia brasileira (Departamento de Geografia da USP inclusive).

No entanto a AGB conseguiu manter um ambiente saudável de criação intelectual por mais tempo, podendo-se dizer que até 1970 a Associação foi um organismo muito vivo. Paradoxalmente a AGB também funcionava como uma corporação de ofício, mas enquanto a vinculação ensino-pesquisa freqüentemente afrouxava no Departamento de Geografia, obrigando os alunos a organizarem centros de estudos (Delgado de Carvalho - 1947, Capistrano de Abreu - 1954) na AGB a pesquisa era central, era a sua própria razão de ser.

III

A AGB até 1970 caracterizou-se como uma associação de pesquisadores. Aos encontros nacionais compareciam geógrafos que apresentavam os resultados das suas pesquisas. Três ou quatro grupos de pesquisa, dirigidos por geógrafos experimentados, faziam trabalhos de campo, nos quais se iniciavam os alunos, dando origem a relatórios preliminares que eram apresentados e debatidos no final dos encontros.

Em minha primeira assembléia da AGB (Ribeirão Preto - 1954), tive oportunidade de acompanhar a subequipe dirigida por R. Maak e Aziz Ab'Saber e presenciar durante três dias as pesquisas ao longo de um itinerário de uns 150 km; ao final de cada dia de trabalho eles se sentavam e cotejavam dados referentes às distâncias, altitudes, rochas encontradas em cada parada, seus mergulhos e direções, com os quais desenhavam perfis geológico-geomorfológicos. Eu, que cursava o segundo ano, passei a entender como "nasciam" os blocos geomorfológicos que tanto me impressionavam nos livros de Lobeck e outros.

Os encontros da AGB eram mais produtivos e democráticos que os cursos de geografia existentes nas universidades, e realizavam os treinamentos de pesquisa e os debates que eram escassos nos cursos. Assisti e depois participei de debates, freqüentemente duros, estimulantes e francos que envolveram João Dias da Silveira, Aziz Ab'Saber, Lygia Bernardes, José Ribeiro de Araújo Filho, Roberto Lobato Corrêa, etc. Com o tempo a AGB foi perdendo vitalidade, pois a conciliação foi tomando conta das cúpulas e os mandarins da geografia foram acertando entre si zonas de influência e com isto o debate foi sendo desestimulado. Isto ficou perceptível no encontro de Presidente Prudente (1972), quando os quantitativistas do Rio de Janeiro e de Rio Claro apresentavam enxurradas de comunicações freqüentemente medíocres e não foram enfrentados pelos mandarins da USP. Além disto, a geografia não tinha para o desenvolvimento capitalista selvagem a utilidade da engenharia ou da economia, sendo reduzida no regime militar a simples instrumento de propaganda (*Revista Brasileira de Geografia*, EPB, etc.).

Esta crise da AGB coincidiu com uma conjuntura de radicalização do movimento estudantil da geografia e permitiu um movimento de renovação da entidade a partir do encontro de Fortaleza (1978), mas, na assembléia de mudança de estatutos (São Paulo - 1979) apenas os núcleos de Presidente Prudente e Rio de Janeiro tinham propostas articuladas. A pobreza política de algumas correntes estudantis lideradas por geógrafos "iluminados" criou na AGB um clima de relativização absoluta do indivíduo e sua inserção forçada à "comunhão coletiva" dos "filhos da História", visando apagar diferenças de opiniões à custa da supressão dos "inimigos", à custa da verdade revelada de um "marxismo" de terceira classe. Felizmente a vida não pára e há todo um trabalho de reconstrução cultural em andamento na geografia, que começa a dar seus primeiros frutos (*Geosul* n° 3, 1987, p. 136-7).

IV

Qual, atualmente, o clima moral, ideológico e intelectual dentro do qual atuam a AGB e os Departamentos de Geografia das universidades?

Ao paternalismo conservador dos primeiros tempos, seguiu-se um paternalismo populista e após o AI-5, que rompeu a unanimidade na geografia brasileira, foi se abrindo uma fase de ruptura das corporações de ofício, tanto nos Departamentos de Geografia como na AGB, provocando um certo grau de concorrência capitalista. As características éticas existentes anteriormente (honra, amizade, fidelidade, etc.) foram perdendo importância na medida em que a concorrência aumentava.

O Estado e o capitalismo brasileiros foram criando condições para a quebra das corporações. Extinguiu-se a cátedra e portanto a hierarquia feudal, mas manteve-se reduzido o número de professores titulares, jogando os professores uns contra os outros na disputa de oportunidades reduzidas de ascensão. Assim sendo, os professores foram desvestindo a camisa dos seus respectivos departamentos e passavam a vestir suas próprias camisas individualistas, não importando, na verdade, se se consideravam a si próprios de esquerda, de centro ou de direita, já que a pele é em geral individualista.

A situação se agravou com a postura fortemente passiva da maioria dos docentes e geógrafos diante da ditadura militar. Assim, por exemplo, os colegas de Rio Claro não mexeram uma palha para impedir a extinção do curso de Geografia em Franca (Unesp), e mesmo na USP muitos colegas, alguns de esquerda, permaneceram intimidados naquele período. A falta de resistência cria, inconscientemente, um sentimento de impotência. As conseqüências negativas não se fizeram tardar.

Hoje em dia, pelo Brasil afora, professores e geógrafos elegem para suas associações sindicais colegas de esquerda, combativos, etc, mas para as chefias departamentais elegem colegas com trânsito fácil na hierarquia cada vez mais irracional da burocracia universitária.

O clima de concorrência e carreirismo provocou a produção de muitos trabalhos gastrointestinais, na expressão de M. Santos, acomodação às idéias da moda (ontem quantitativismo, hoje marxismo, amanhã livre-cambismo, etc), o oportunismo diante das vitórias e das derrotas, como no apossamento da assembléia da AGB - Fortaleza (1978) e da mudança de estatutos (1979) por alguns que delas estiveram a milhares de quilômetros de distância (R. Moreira, por exemplo). Dada a formação autoritária dos nossos quadros intelectuais, não é a maior das surpresas a institucionalização da política de quase policialismo e de ostracismo em

relação aos "inimigos" praticadas freqüentemente, como assinalei em *Geosul* nº 3 (1978, p. 135) e se repetiu na minha recontração na USP.

V

O clima acima descrito não poderia deixar de ter reflexos na AGB. Hoje as assembléias nacionais da entidade (por exemplo, Salvador - 1990) destinam-se, principalmente, aos iniciantes, em decorrência da aliança morna entre os professores mais novos e os movimentos estudantis, num novo tipo de populismo dos pobres (paternalismo de esquerda). Mas nem sempre aos iniciantes que devem ser considerados futuros mestres, que aprimorando duramente seus conhecimentos alcançarão a maturidade intelectual. No lugar disto, freqüentemente se propõe a coexistência passiva de um lado, dos mestres "iluminados" (que substituem os antigos medalhões, os antigos mandarins, etc), que cultivam ciúmeiras mortais entre si, e de outro lado a massa ignara que precisa ser reeducada e transformada em massa de manobra de eventos políticos minúsculos.

Na verdade, a geografia perdeu espaços diante de outras áreas de conhecimento (economia, engenharia, geologia, etc), mas felizmente a quebra da unanimidade pelo AI-5 foi permitindo clarear a existência de esquerda, direita, centro, etc. na geografia brasileira. Por outro lado, à medida que a hierarquia e os modelos entraram em crise foi possível iniciar caminhos menos limitados, bem como foram estimuladas as tentativas teóricas e empíricas diferenciadas.

Mas há muito combate a se travar na AGB e nas demais entidades de Geografia: 1) necessidade de elaborar um projeto para a geografia brasileira, tanto a nível interno como para nossas relações internacionais, como tem proposto seguidamente M. Santos; 2) prosseguimento das discussões dos paradigmas de formação sócio-espacial, geossistemas, etc; 3) preocupação pela qualidade da produção geográfica como critério básico a considerar; 4) combate à doença infantil do "militantismo" como critério de participação nos programas da AGB; 5) combate à política de facções estudantis e adolescências senis numa entidade como a AGB; 6) preocupação pelo pluralismo e tolerância entre os geógrafos, não importando idade, sexo ou teologia... 7) estímulo ao debate democrático nas publicações (resenhas científicas, por exemplo), a retomada dos trabalhos de campo na AGB, etc; 8) preocupação pela eficiência, autonomia e maior inserção verdadeira nas lutas presentes da sociedade brasileira.

Normas para Publicação na Terra Livre:

A Revista Terra Livre receberá para publicação trabalhos originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assunto de interesse científico e geográfico, sejam ou não seus autores membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Também são aceitas resenhas de livros.

Os trabalhos enviados serão submetidos a 3 (três) membros do Conselho Editorial para apreciação, cabendo a eles aceitá-los ou rejeitá-los. Antes de qualquer recusa, o Editor entrará em contato com o(s) autor(es), no sentido de viabilizar a publicação.

Cada trabalho deverá vir acompanhando por carta de encaminhamento, com nome e endereço do(s) autor(es).

Os direitos autorais dos trabalhos publicados são da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Revista Terra Livre, cabendo ao autor receber 3 (três) exemplares do número da edição que contiver um trabalho de sua autoria.

Os originais devem ser elaborados como se segue:

- 1 - O original deverá ser datilografado em espaço duplo e remetido diretamente ao Editor, acompanhado de duas cópias.*
- 2 - O original deve ser encaminhado completo e definitivamente revisto.*
- 3 - O original completo deve conter um resumo de até vinte (20) linhas datilografadas em português e inglês, ou francês. O título do trabalho deverá vir traduzido de acordo com a língua escolhida pelo(s) autor(es). Além do resumo, o(s) autor(es) deverá(ão) apontar os conceitos/temas centrais desenvolvidos. Exemplos: Território; Espaço; Tempo; Método Científico; Geografia Regional; Geomorfologia, Ensino de Geografia no 1º grau, etc.*
- 4 - As fotografias, desenhos, gráficos e mapas deverão aparecer no trabalho com a denominação generalizada de figura, numeradas pela ordem de aparição no texto. Somente serão aceitas figuras em preto e branco.*
- 5 - As tabelas deverão ser auto-explicativas e numeradas, independentemente das figuras, na ordem de aparição no texto.*
- 6 - Tanto as figuras quanto as tabelas deverão ser enviadas à parte, separadas do texto, devendo o(s) autor (es) indicar sua posição no texto.*
Exemplos: inserir Figura 3; inserir Tabela 2.

- 7 - *Só serão aceitas figuras e tabelas cuja arte-final apresentar-se sobre papel vegetal, ou papel branco: As figuras e tabelas devem ser previstas para ocupar até 10,5 x 17,0 cm, tamanho máximo na publicação. O Editor tomará as providências para os casos que exigem redução. Não serão aceitas figuras e tabelas fotocopiadas.*
- 8- *As referências bibliográficas ao longo do texto deverão estar entre parênteses, indicando o nome do(s) autor(es), data de publicação e número da página. Exemplos: (SEABRA, 1987:117); (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982:22). As referências também deverão ser relacionadas no final do texto, em ordem alfabética.*

*Os trabalhos para publicação devem ser remetidos à:
Revista TERRA LIVRE - AGB Nacional
Caixa Postal 64525
05497 - São Paulo -SP- Brasil*

Esta revista foi composta em Times corpo 10 pela PostScript e impressa pela Editora Prol Ltda. para a Editora Marco Zero.

Peça pelo correio nosso catálogo e conheça outros livros da Editora Marco Zero.

Atendemos também pelo reembolso postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Rodrigo Cláudio, 480, Aclimação, São Paulo, SP, CEP 01532, telefone (011) 287-1935.